



A Democracia no Mundo após a Revolução Árabe

O resultado final das revoluções que varreram o mundo árabe durante o último ano permanece praticamente impossível de prever, mas já tiveram um impacto dramático sobre a percepção global sobre o futuro das democracias.

POR MARC PLATTNER

DIRECTOR, JOURNAL OF DEMOCRACY

Porque estas revoluções - se este for o termo correcto para descrevê-las - eclodiram num momento em que a democracia parecia estar atolada num período de declínio. Após o extraordinário progresso que a democracia alcançara no final do século XX, o que Samuel Huntington notoriamente rotulou de “terceira vaga” da democratização, talvez fosse inevitável que seu avanço global vacilasse. E é isso que acabou por acontecer durante a primeira década do século XXI. Não

houve uma contra-vaga à escala que Huntington tinha identificado em épocas anteriores, mas antes sinais de declínio democrático, tal como constam no relatório anual da Freedom House - Freedom in the World em 2006.

A evidência foi desmotivadora ao longo dos anos seguintes, e o relatório para 2010 retrata um quinto ano de declínio, com o número de democracias eleitorais no mundo diminuindo para 115 (de um máximo de 123) e o número de países designados como Livres reduzido para 87 (de um máximo de 90).

Além do mais, os países não democráticos tinham começado a cooperar cada vez mais uns com os outros e a exibir um novo nível de confiança e assertividade. Apenas nos últimos meses de 2010, tal como aponta a narrativa do relatório da Freedom House, testemunhamos esforços da China para contrariar a concessão do Prémio Nobel da Paz a Liu Xiaobo por meio da intimidação diplomática e repressão a dissidentes internos; a manipulação descarada das eleições parlamentares de Mubarak no Egipto, eleições fraudulentas na Bielorrússia seguidas de repressão brutal de manifestantes e prisões de candidatos da oposição, um segundo mandato de prisão para o empresário dissidente russo Mikhail Khodorkovsky com base em acusações amplamente consideradas como fraudulentas, e o presidente venezuelano Hugo Chávez a assumir um conjunto de poderes por decreto antes que uma nova legislatura recém-eleita tomasse posse.

No entanto, neste cenário desolador, um acontecimento aparentemente menor ocorreu na pequena e empobrecida cidade de Sidi Bouzid, no centro de Tunísia. Foi aí que, a 17 de Dezembro de 2010, um vendedor de frutas de 26 anos de idade, Mohamed Bouazizi, emolou-se, a fim de protestar contra o abuso que sofria nas mãos de autoridades locais. Este acto desespera-

do desencadeou manifestações que rapidamente se espalharam por outras partes do país. E em menos de um mês, o regime ditatorial do presidente tunisino Ben Ali, geralmente considerado como um dos mais estáveis no mundo árabe, foi deposto pelo que veio a ser chamada a Revolução de Jasmim. A faísca na Tunísia ateou uma série de protestos em todo o Médio Oriente árabe. Em Fevereiro de 2011, manifestações persistentes na Praça Tahrir no Cairo, forçaram Hosni Mubarak a demitir-se da presidência do Egípto. Como todos sabemos, esta onda de agitação tocou logo praticamente todos os países árabes, e em vários deles os conflitos a que deu origem ainda estão ao rubro. Os acontecimentos na Tunísia e no Egípto ressoaram em lugares tão distantes como o Uganda e a China, onde funcionários assustados reagiam através de mensagens no Facebook pedindo que os chineses iniciassem a sua própria Revolução de Jasmim.

Governantes autoritários em todo o mundo, começaram de repente a temer pela sua manutenção no poder e perderam muita auto-confiança. Muitos analistas compararam as revoltas árabes com as revoluções pós-soviéticas de 1989-91 do Leste Europeu, e alguns foram tão longe como falar do início de uma “quarta vaga”, de uma nova democratização que pudesse atingir muitos dos regimes não-democráticos remanescentes no mundo. Posteriormente, como as transições na Tunísia e especialmente no Egípto viveram reveses e enfrentaram desafios difíceis, e como os governos autoritários noutros países árabes continuaram a apegados ao poder, o entusiasmo inicial moderou-se.

O que podemos concluir? Os acontecimentos no mundo árabe reverterão o que tinha sido apenas uma desaceleração de curta duração no futuro da democracia, prefigurando um novo período de progresso democrático global? Ou será que a força crescente de regimes autoritários anteriores a 2011 revelava a tendência real subjacente, da qual nos distraímos momentaneamente com os desenvolvimentos emocionantes e dramáticos que temos estado a observar no Médio Oriente? A mais sábia resposta é sem dúvida aquela que o chinês Chou En-Lai supostamente deu em 1972, quando perguntaram que avaliação fazia da Revolução Francesa: “É muito cedo para dizer.” Ainda assim, mesmo nesta fase inicial, vale a pena tentar retirar algumas conclusões preliminares.

A primeira, diria, é que os acontecimentos de 2011 refutaram claramente a ideia de que o mundo árabe é uma região essencialmente impermeável à disseminação da democracia. Esta proposição não era totalmente implausível. Os países árabes, com as possíveis exceções parciais do Líbano e Iraque, tinham conseguido resistir ao ressurgimento global da democracia que tocara todas as outras regiões durante a terceira vaga. Ao contrário da maior parte do resto do mundo, os povos nos países árabes que se opunham aos regimes tirânicos, tinham um discurso e uma visão do mundo diferente da democracia liberal a que podiam recorrer, ou seja, o islamismo. Foi amplamente especulado que, se os regimes árabes existentes fossem expostos à realização de eleições verdadeiramente livres, os seus cidadãos votariam nos islâmicos em vez dos democratas. Ainda é muito cedo para ter certeza se tal especulação estava errada ou não, teremos que presenciar as eleições tunisinas e egípcias votar. Mas o que parece claro é que os movimentos de protesto que derrubaram Ben Ali e Mubarak invocaram os chamados princípios universais dos direitos humanos da dignidade, liberdade e democracia, juntamente com as noções

de cidadania nacionalista, e não qualquer slogan religioso ou sectário (ou mesmo anti-ocidental). Se nada garante que um *takeover* islâmico ou conflitos sectários não possam estar no futuro de alguns países árabes, temos a prova de que o discurso da democracia liberal é capaz de apelar a um segmento considerável da opinião pública árabe, e especialmente aos jovens. Sugere, pelo menos, que os defensores da democracia têm uma hipótese de lutar para moldar o futuro da região.

Embora tunisinos e egípcios tenham explicitamente iniciado uma transição para a democracia, há muitos obstáculos no seu caminho. A partir de agora, as perspectivas parecem melhores na Tunísia, que tem sido considerada pelos estudiosos como tendo as “precondições” sociais e económicas mais promissoras para a democracia - economia relativamente avançada, uma população educada, poucas divisões sectárias ou étnicas, e uma forma de Islão moderado. A decisão das autoridades de transição tunisinas em adiar as eleições para uma Assembleia Constituinte, e a aceitação da mudança pelas principais forças políticas constituiu um sinal positivo, dando às forças liberais mais tempo para construir novos partidos. De facto, pode-se encontrar entre alguns partidários da democracia um certo tom de pena que os protestos se tenham espalhado tão rapidamente para além da Tunísia, tornando-se impossível para aqueles que prestam assistência à democracia pudessem centrar as suas energias e recursos na tentativa de ajudar a tornar a Tunísia um modelo de democracia árabe.

Mas os eventos na Tunísia foram logo ofuscados pelos do Egípto, o maior e mais influente país na região árabe, e cuja importância geopolítica muito excede a da Tunísia. E o Egípto enfrenta desafios muito maiores para alcançar uma transição bem sucedida para a democracia do que a Tunísia. Não só é um país muito mais populoso, com mais de 80 milhões de habitantes, como também muito mais pobre. Tem um forte movimento islâmico - não apenas a Irmandade Muçulmana, cujo compromisso democrático permanece na dúvida, mas também grupos ainda mais radicais como Salifist, bem como uma minoria significativa de cristãos coptas que têm sido alvo de discriminação e violência sectária. Além disso, os governantes interinos do Egípto durante a transição não são um corpo civil, como na Tunísia, mas o Conselho Supremo das Forças Armadas, representando os militares, um pilar fundamental do regime de Hosni Mubarak, ele mesmo um antigo comandante da força aérea. Alguns analistas negam que o Egípto tenha passado por uma verdadeira revolução, alegando que os militares

MESMO QUE OS PROTESTOS EM VÁRIOS PAÍSES ÁRABES EXIBAM SEMELHANÇAS SIGNIFICATIVAS E MANIFESTEM UM PROCESSO DE “CONTÁGIO”, HÁ TODAS AS RAZÕES PARA ESPERAR QUE A EVOLUÇÃO POLÍTICA TENHA UM RUMO DIFERENTE EM DIFERENTES PAÍSES

ainda detêm o poder e que é provável que tentem empunhá-lo nos bastidores, ao estilo paquistanês, mesmo depois de uma transição para um governo eleito. Apenas um otimista poderia prever um resultado positivo para a transição democrática egípcia agora em curso, mas a dedicação e energia das forças que provocaram a revolta do Egito contra Mubarak pode ainda dar razão aos otimistas.

Nos outros países árabes que têm vivido grandes protestos, as perspectivas de uma transição para a democracia estável são muito menos favoráveis. No Bahrain, os manifestantes foram esmagados, pelo menos temporariamente, com a ajuda das forças militares sauditas. O Iémen parece deslizar para uma guerra civil, e a Síria, onde os militares esmagam protestantes, também está à beira do conflito armado. Mesmo que os ditadores destes países fossem expulsos, as hipóteses de construção da democracia em cima dos destroços gerados pela destruição a esta escala dificilmente são encorajadores. Há de facto dois casos, Tunísia e Egito, onde as transições democráticas estão já em curso.

É claro que em Outubro de 1989 poderia ter sido dito que a Polónia e a Hungria eram os únicos dois países do Leste Europeu que tinham iniciado uma transição democrática. No entanto, naquele tempo, não tinha havido qualquer surto de conflito armado em toda a região. A analogia entre as revoluções árabes e as de 1989 perde-se em vários aspectos, mesmo que os acontecimentos em ambas as regiões tenham envolvido uma série de desafios em cascata para os regimes ditatoriais em países geograficamente e culturalmente parecidos. Os regimes do Leste Europeu e da União Soviética eram todos do mesmo tipo, pertenciam ao mesmo campo ideológico e geopolítico, e eram apoiados por Moscovo. No Médio Oriente, por outro lado, há uma grande variedade de regimes não-democráticos - civil e militar, religioso e secular, monárquico e republicano. Além disso, a região foi dividida entre governos pró-ocidentais e anti-ocidentais, bem como entre xiitas e sunitas e anti-iranianos e pró-iranianos. Mesmo que os protestos em vários países árabes exibam semelhanças significativas e manifestem um processo de “contágio”, há todas as razões para esperar que a evolução política tenha um rumo diferente em diferentes países.

Alguns compararam as revoltas árabes às chamadas revoluções coloridas nos países pós-comunistas, mas neste caso as diferenças são ainda mais claras. Embora as revoluções coloridas na Geórgia em 2003, na Ucrânia em 2004, e Quirguistão em 2005, tenham obviamente sido influenciadas por cada uma das suas antecessoras, bem como por instâncias anteriores em que líderes autoritários foram expulsos na Sérvia, Eslováquia, Roménia e Bulgária, todos estes casos emanaram de um “mode-

lo eleitoral”, com impugnação de eleições seguida de protestos contra os resultados falsificados, e em grande parte pacíficos.

O que liga as revoluções coloridas foi um processo muito mais lento de difusão ao longo de anos, com as oposições democráticas aprendendo com as técnicas e experiências usadas noutros países, e não o tipo de contágio rápido que rapidamente infectou quase o mundo árabe inteiro.

Outros, incluindo Anne Applebaum, compararam de forma mais convincente os recentes acontecimentos árabes com as revoluções europeias de 1848. Estas foram revoltas que se espalharam muito rapidamente de país em país, mas assumiram formas muito diferentes em lugares diferentes. A maioria das revoluções inicialmente bem sucedidas de 1848, foram logo derrubadas. No entanto, é geralmente reconhecido que, a longo prazo, muitas das ideias e movimentos que as inspiraram, acabaram por triunfar.

Não podemos saber neste momento se no longo prazo a democracia triunfará no mundo árabe, e não devemos ignorar a influência ainda poderosa de várias vertentes do islamismo. No entanto, se a democracia não prevalecer, as revoluções árabes de 2011 serão, sem dúvida, um marco importante no seu caminho.

As revoluções árabes alteraram o equilíbrio global entre forças democráticas e autoritárias no mundo contemporâneo? Com base no que sabemos até agora, certamente representam um impulso temporário para os democratas. Em primeiro lugar, têm demonstrado mais uma vez o apelo universal da democracia. Não quero com isto dizer que seja atraente para cada indivíduo, sabemos que as visões antiliberais e antidemocráticas do mundo sempre tiveram os seus adeptos e sem dúvida continuarão a tê-los. Mas não significa que não exista um número significativo de pessoas em todas as sociedades contemporâneas que preferem que a sociedade seja governada democraticamente e que os seus direitos individuais sejam protegidos.

Simultaneamente, as revoluções árabes têm provado que os regimes autoritários não são tão formidáveis como podem parecer. Durante a terceira vaga, à medida que as ditaduras caíam em todo o mundo, a tendência era tomá-las como condenadas pelo inexorável avanço da democracia. Mas quando a queda do Muro de Berlim tornou-se memória distante e regimes autoritários em lugares como a China, Birmânia, Cuba, Irão, grande parte da antiga União Soviética, assim como a maioria dos países árabes do Médio Oriente tinham provado sua capacidade de sobreviver, o pêndulo do pensamento académico começou a balançar para o outro lado. Toda uma literatura em ciência política desenvolveu-se para explicar o que o especialista na China Andrew Nathan rotulou como “resiliência autoritária”. Um conjunto significativo desta literatura focada no Médio Oriente, explicava como os autocratas árabes tinham adaptado superficialmente e com sucesso instituições democráticas como eleições parlamentares para reforçar o regime autoritário. Foi assim que cientistas políticos estudiosos do Médio Oriente foram apanhados de surpresa quando revoluções populares derrubaram os regimes de Ali Ben e Mubarak com uma rapidez notável.

Deve ser imediatamente reconhecido, no entanto, que nem todos os governos autoritários árabes foram tão facilmente derrubados. Na verdade, os governantes no Bahrein, Líbia, Síria, Iémen e outros países agarraram-se ao poder tenazmente e foram capazes de contar com o apoio de elementos signifi-

AS REVOLTAS ÁRABES FORAM “REVOLUÇÕES SEM LÍDER”, O QUE PODE SER BOM PARA A MOBILIZAÇÃO POPULAR, MAS NÃO É MUITO ÚTIL NAS CORRENTES POTENCIALMENTE TRAIÇOEIRAS DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

cativos dentro das suas sociedades. Um factor chave nessas lutas tem sido o papel das forças armadas, que é objecto de um artigo de Zoltan Barany, publicado na edição de Outubro do *Journal of Democracy*. Barany ressalta que o sucesso das revoluções da Tunísia e do Egipto deve-se muito ao facto de o exército nesses dois países ser independente o que permite esperar um futuro institucional decente caso se propicie uma mudança de regime. No Bahrain e na Síria, por outro lado, as forças armadas (ou pelo menos suas lideranças) pertenciam a minorias-sunitas no Bahrain e na Síria a Alawites - cujo destino seria prejudicado pela mudança democrática, e até agora têm continuado a apoiar o regime (embora haja sinais recen-

side no facto dos jovens na vanguarda desses esforços serem geralmente muito hábeis em estratégias de comunicação, mas têm pouca experiência na elaboração de estratégias políticas. Parece-me que este factor em parte explica que as revoltas árabes tenham sido “revoluções sem líder”, o que pode ser bom para a mobilização popular, mas não é muito útil nas correntes potencialmente traiçoeiras da transição democrática. Em qualquer caso, as novas tecnologias de comunicação são susceptíveis de ser uma chave nas lutas futuras entre autoritários e democratas; em alguns aspectos assemelham-se a uma corrida armamentista clássica, um lado com avanços ofensivos e o outro com desenvolvimento de capacidades defensivas.

Na verdade, esta não é uma má metáfora para a batalha que se avizinha. Apesar de um número de regimes autoritários árabes terem sido depostos ou abalados, governantes autoritários noutros lugares ainda parecem firmemente sentados, especialmente na China, o mais bem sucedido e de longe o mais importante de todos os regimes não-democráticos no mundo de hoje. Exigências populares de direitos individuais e de democracia continuarão a ser expressas em estados autocráticos, mas os seus governantes continuarão a responder com repressão brutal, quando a considerarem necessária para manter o poder. Em alguns casos, particularmente na China, também irão responder com astúcia e eficiência. Nestes países as oposições democráticas estão em situação desfavorável, mas a longo prazo há um factor crítico a seu favor, ou seja, a legitimidade superior da democracia.

Andrew Nathan, que cunhou o termo “resiliência autoritária” num artigo de 2003 no *Journal of Democracy*, escreveu

um novo artigo em 2009 que intitulou “Impermanência autoritária”. Embora a sua estimativa das capacidades do governo chinês não terem diminuído, enfatizou a sua potencial falha fatal. Termina a citá-lo na íntegra:

“Como todos os sistemas não-democráticos contemporâneos, o sistema chinês sofre de um defeito de nascença que não pode curar: o facto de que uma forma alternativa de governo por consentimento é mais legítima.

Mesmo que o regime pretenda ser uma forma chinesa de democracia, na medida em que serve o povo e governa no seu interesse, e embora uma maioria de cidadãos chineses aceite hoje essa alegação, o regime admite, e todos sabem, que a sua autoridade nunca foi objecto de revisão popular e nunca será. Nesse sentido, o regime é conotado como um expediente, algo de temporário e transitório, necessário para satisfazer as exigências do tempo. Os regimes democráticos, por outro lado, muitas vezes provocam decepção e frustração, mas não enfrentam uma forma rival que os supera em prestígio. Os regimes autoritários assim não duram para sempre. Por toda a sua diversidade e longevidade, vivem sob a sombra do futuro, vulneráveis a desafios existenciais que os sistemas democráticos maduros não enfrentam.” ::



tes de deserções nas forças armadas da Síria). A importância das Forças Armadas nestes casos lembra-nos que os esforços para uma oportunidade democrática geralmente envolvem uma luta entre dois lados. Para avaliá-los adequadamente, devemos considerar não só as estratégias e exigências dos grupos da oposição, mas também as estratégias e a determinação dos governantes autoritários.

Outro factor que veio à tona durante as revoluções árabes foi a capacidade das novas tecnologias de comunicação para promover a mudança democrática. Sobre este assunto, o pensamento académico mudou rapidamente. Depois de uma explosão de euforia sobre como o Twitter e o Facebook eram ferramentas com um carácter intrinsecamente democrático que mantinha ditadores permanentemente na defensiva, outros estudiosos começaram a analisar o modo com a “rede autoritarismo” poderia usar estas mesmas ferramentas para combater, e até mesmo vencer a oposição democrática. Eu diria que as revoluções árabes sugerem que, pelo menos por enquanto, estas ferramentas parecem mais perigosas do que úteis para os autoritários, especialmente dada a sua notável capacidade para ajudar a mobilizar um grande número de pessoas em num curto espaço de tempo. No entanto, o problema com o uso de novas tecnologias para alcançar uma rápida mobilização, re-